

## Governo barra ação antidumping em aço

Por Fábio Pupo e Cristiane Bonfanti | De Brasília

O governo brasileiro barrou a aplicação de uma medida antidumping no setor de aço contra empresas de Rússia e China investigadas pelo Brasil por suposta diminuição artificial de preços. Mesmo sem consenso entre os ministros, a conclusão é que não havia necessidade de impor essa sobretaxa no momento, porque as importações já caíram de forma significativa nos últimos dois anos.

A decisão representou uma derrota para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) na reunião de ontem do conselho de ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) sobre o tema. De forma isolada, a pasta votou pela aplicação imediata da sobretaxa na importação de laminados a quente originários das cinco empresas investigadas.

Os outros sete ministérios integrantes do colegiado se posicionaram pela aplicação da

medida antidumping, mas com imediata suspensão da medida. Além do Mdic, participam do conselho da Camex os ministros da Casa Civil, da Fazenda, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Agricultura, do Planejamento, além do chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Hoje, as tarifas de importação variam entre 10% e 14%, dependendo do produto específico. O antidumping seria um valor fixo adicional por tonelada de aço, variando conforme cada fornecedor. Estudo encomendado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) à LCA Consultores chegou a mostrar um aumento potencial de 16,5% no preço de laminados importados.

Enquanto o Mdic defendia a proposta após estudos feitos pela pasta, a Fazenda se posicionou de forma contrária após emitir parecer dizendo que a medida afetaria negativamente o ambiente de concorrência no setor, teria efeitos maléficos sobre a cadeia produtiva nacional e elevaria o IPCA (índice

oficial de inflação) em 0,09%.

Acabou prevalecendo a visão da Fazenda. Mesmo assim, o colegiado decidiu por consenso que o governo continuará monitorando o mercado durante um ano. Na prática, o conselho de ministros cria a medida e suspende seus efeitos, mas pode aplicá-la efetivamente, caso verificada uma volta de práticas desleais de concorrência.

Com a decisão, o governo procurou mostrar firmeza frente a ações desleais de comércio no cenário internacional. "A mensagem é de que não há tolerância no mercado brasileiro ao dumping e que, havendo o retorno dessa prática, a medida será efetivada", disse Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento.

Ele ressaltou que a medida é liberada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) quando verificado que empresas de outros países vêm diminuindo preços de forma artificial. Além disso, afirmou ainda que a decisão considerou aspectos como impacto sobre preços





e concorrência de mercado - itens que haviam sido alvo de análise da Fazenda.

O pedido de investigação sobre a existência de dumping havia sido feito pelas empresas ArcelorMittal Brasil, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Gerdau Açominas em abril de 2016. Foram investigados os grupos chineses Hebei, Bengang, Baosteel, e Maanshan Iron and Steel Company. Da Rússia, foi investigada a empresa JSC Severstal.

Na disputa, de um lado, estava o Instituto Aço Brasil, que reúne as três empresas autoras da investigação: ArcelorMittal, CSN e Gerdau Açominas. De outro, associações industriais que alegavam um

"inevitável repasse de preço" pelos fornecedores nacionais em caso de encarecimento do item importado.

O caso é entendido pela Casa Civil e pela Fazenda como uma espécie de "divisor de águas" na política brasileira de direito antidumping, conforme mostrou o Valor. Na discussão de restringir a aplicação de medidas protecionistas, a ideia é não se ater apenas à existência ou não de práticas desleais por fornecedores estrangeiros.

Os dois ministérios querem, daqui para frente, levar em conta outros aspectos nas decisões, como o impacto inflacionário, o ambiente de concorrência em cada setor e a necessidade de ganhar produtividade.

## Mesmo com queda da Selic, FGTS tem lucro próximo a R\$ 12 bilhões em 2017

Por Edna Simão e Eduardo Campos | De Brasília

Dados preliminares mostram que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deve ter fechado 2017 com um lucro líquido de aproximadamente R\$ 12 bilhões. Até setembro, segundo fonte ouvida pelo Valor, esse resultado era de algo próximo de R\$ 10 bilhões. O desempenho do fundo o ano passado é considerado elevado mas foi prejudicado pela queda da taxa básica de juros (Selic), que atualmente é de 7% ao ano.

Em 2016, o lucro do FGTS foi de R\$ 14,5 bilhões puxado justamente pelos juros mais altos, que melhoraram a rentabilidade do fundo com títulos públicos. De julho de 2015 a outubro de 2016, a taxa de juros ficou estagnada em 14,25%. Em dezembro de 2016, estava em 13,75% ao ano.

Se confirmado o desempenho do fundo projetado para 2017, o FGTS vai distribuir aos seus cotistas 50% do valor, ou seja, algo em torno de R\$ 6 bilhões. Esses recursos ficam depositados na conta do trabalhador podendo ser sacado apenas se cumprindo os critérios exigidos como demissão sem justa causa, aposentadoria ou doença grave. Em 2016, o FGTS fez uma distribuição de lucro de R\$ 7,28 bilhões.

Segundo fonte ouvida pelo Valor,

o desempenho do fundo em 2017 também foi afetado pelo saque de contas inativas pelos trabalhadores que somou mais de R\$ 40 bilhões. Somente essa iniciativa, provocaria uma redução no lucro do fundo cerca de R\$ 1,5 bilhão, segundo estimativas do governo.

Além disso, a retomada da economia, que está ajudando a melhorar o ritmo de contratações com carteira assinada, ainda não repercutiu em um aumento da arrecadação do FGTS. Isso está acontecendo porque o desemprego vem sendo reduzido, principalmente, com a contratação de informais.

A distribuição do lucro do FGTS foi determinada pela lei 13.446 de 2017 como uma forma de elevar a rentabilidade para o cotista, que até então correspondia a 3% ao ano mais a TR. Em 2016 a rentabilidade para o trabalhador ficou em 7,1%, gerando um ganho real de 0,81%. Em 2017 a rentabilidade deve ficar entre 5% a 6%, gerando ganho real entre 2% a 3%.

Assim, pelo segundo ano seguido a rentabilidade vai ficar acima da inflação, que foi de 2,95% ao ano em 2017, gerando ganho real ao trabalhador. Entre 2010 e 2015, a perda real de rendimento do trabalhador foi de 18,82%, segundo dados do Ministério do Planejamento.

## **Contingenciamento pode ficar abaixo de R\$ 20 bi**

Por Edna Simão e Fabio Graner  
| De São Paulo

O governo ainda está fazendo suas contas, mas há chances de o contingenciamento de gastos no Orçamento para este ano ficar abaixo de R\$ 20 bilhões. Atualmente, de acordo com um interlocutor graduado, a faixa com que se trabalha é de um bloqueio de R\$ 15 bilhões a R\$ 25 bilhões. Outro interlocutor colocou entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões.

Como considera que o teto de gastos já complica muito o lado do gasto neste ano, o governo quer fazer o menor corte possível, evitando reduzir ainda mais as despesas discricionárias, como investimentos. Receitas de leilão de petróleo que não estavam incluídas na conta e a revisão na estimativa de crescimento econômico vão impactar favoravelmente o quadro fiscal, reduzindo a necessidade de gasto.

Por outro lado, a incerteza sobre o adiamento dos reajustes de servidores prejudica o lado da despesa, com um aumento de R\$ 4 bilhões na rubrica de pessoal. Por isso, o governo torce para que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) resolva rapidamente o tema e reverta a decisão liminar tomada pelo ministro Ricardo Lewandowski.

A se confirmar esse cenário de um contingenciamento abaixo de R\$ 20 bilhões, ou mesmo um pouco mais alto (chegando ao limite de R\$ 25 bilhões), o movimento será menos intenso do que no último ano. Em 2017, o governo enxergava uma deficiência em relação à meta de R\$ 58 bilhões e anunciou o corte de R\$ 42 bilhões, com outras medidas, como aumento de tributos. Posteriormente, com a mudança da meta fiscal e a melhora nas receitas, esse valor foi sendo flexibilizado, encerrando o ano em cerca de metade do anúncio original.

Em 2016, o primeiro corte do ano foi menor, da ordem de R\$ 23 bilhões, e tinha ficado no nível mais baixo desde os R\$ 21,8 bilhões bloqueados em 2010.

A necessidade maior de se contingenciar está em garantir uma segurança para o cumprimento do teto de gastos, dado que no governo já é dado como altamente provável que o resultado primário final de 2018 será melhor que a meta de déficit de R\$ 159 bilhões.

Isso já ocorreu em 2017, com a virada forte das receitas no segundo semestre garantindo um déficit primário que pode ter ficado até abaixo de R\$ 120 bilhões, ante a meta de R\$ 159 bilhões.

## Teto reduzirá investimento federal em saúde, diz estudo

Por Rodrigo Carro | Do Rio

Maior financiadora da saúde pública no país, a União caminha para perder esta posição num prazo de 20 anos caso seja mantido o teto de gastos federais que entrou em vigor este ano. A projeção consta de um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) que prevê para 2036 um cenário no qual as prefeituras terão superado o governo federal como principais fontes de recursos para a saúde.

Como consequência da correção das despesas primárias da União pela inflação, a estimativa é de que as despesas da União com saúde encolham em quase um terço, em termos de participação percentual destes gastos na receita. Em 2016, o gasto federal com ações em saúde somou R\$ 106 bilhões, o equivalente a 13,2% da Receita Corrente Líquida (RCL). Para 2036, os técnicos da Confederação Nacional de Municípios projetam investimentos em saúde pela União correspondentes a 9,2% da RCL. Os cálculos se baseiam numa taxa

de crescimento do Produto Interno Bruto de 2,5% ao ano a partir de 2018, sempre acima do IPCA.

Levantamento do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) indica que em 2016 as prefeituras responderam por 31,4% das despesas públicas com saúde no Brasil, enquanto a União concentrou 43% dos gastos. A fatia dos Estados foi de 25,6%. O teto gastos criado a partir da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, prevê que o limite para as despesas primárias (excluindo juros e outros encargos) da União tenha seu valor corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski se diz favorável ao ajuste das contas do governo federal mas destaca que, num cenário de expansão econômica, os gastos da União serão limitados pela evolução do IPCA enquanto as despesas dos municípios com saúde tendem a crescer. Isso porque as prefeituras são obrigadas por lei a gastar 15%

da Receita Corrente Líquida com ações e serviços públicos de saúde. Uma arrecadação tributária maior, resultante de um reaquecimento da economia, se traduziria em investimentos mais altos, para cumprir o piso legal.

De acordo com Ziulkoski, as prefeituras brasileiras investem hoje em saúde 22,5% de sua arrecadação em saúde, muito acima portanto da obrigação legal. "A tendência é de redução [nesse percentual]", diz o presidente da confederação. Mesmo assim, a tendência é de que o gasto das prefeituras com saúde supere o do governo federal em 2035, um ano antes do término do período de aplicação da regra do teto.

No ano passado, considerando-se o montante previsto no orçamento federal, o gasto estimado da União com saúde foi de 1,89% do PIB. O congelamento das despesas federais derrubaria esse percentual para 1,51% em 2026 e para 1,18% em 2036.

Pesquisadora do Instituto de





Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), Vilma Pinto destaca que o teto de gastos não leva em consideração o comportamento da demanda por serviços públicos básicos. "Os gastos com saúde e educação dependem da demanda, que aumenta em momentos de crise. Os desempregados, por exemplo, passam a usar o Sistema Único de Saúde", diz Vilma. O governo federal pode até gastar mais do que os pisos constitucionais estabelecidos para as áreas de saúde (15% da RCL) e educação (18% da arrecadação de impostos). Mas, se aplicar mais que os percentuais mínimos obrigatórios, terá de cortar despesas em outras áreas. "Não consigo ver como o governo conseguiria cumprir o teto de gastos com as obrigações que tem hoje", resume Vilma.

Também sujeitos a um teto de gastos, mas por força da renegociação de suas dívidas com a União, 18 Estados terão suas despesas primárias correntes neste ano e no próximo limitadas a um patamar corrigido pelo IPCA acumulado em 2017. Na avaliação de André Horta, presidente do Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), as receitas estaduais devem crescer, em média, 5% - bem acima da inflação. "Muitas despesas vinculadas [obrigatórias] vão pressionar o orçamento", acredita. "Vai se criar um colapso das demais despesas."

## Prefeitos reclamam R\$ 2 bi prometidos

*Governo negociou liberação de recursos em troca de apoio à reforma da Previdência, mas ainda não fez o repasse*

*Não há previsão no Orçamento para a liberação do dinheiro e municípios ameaçam fazer oposição à União*

DANIEL CARVALHO  
DE BRASÍLIA

Devido à falta de previsão orçamentária, o governo não liberou até agora os R\$ 2 bilhões prometidos para dezembro a prefeitos de todo o país. O dinheiro foi usado como barganha pelo Planalto para negociar e pressionar deputados a votar a favor da reforma da Previdência.

De acordo com a CNM (Confederação Nacional de Municípios), houve resistência da equipe econômica em liberar os recursos sem a indicação de contrapartida do lado das receitas.

Para sinalizar a intenção de cumprir a promessa, o Palácio do Planalto editou uma medida provisória no fim do ano passado autorizando a transferência aos municípios. Mas ainda será preciso enviar um projeto de lei ao Congresso para dizer qual será a origem dos R\$ 2 bilhões.

Governo federal e prefeitos esperam que a situação esteja resolvida, no máximo, até o início de março. O Congresso retoma os trabalhos no começo de fevereiro. "O governo tem o compromisso de ajudar os municípios. Nesse sentido, fez um esforço para liberar em dezembro, mas esbarramos na ausência de previsão orçamentária. Não podemos correr o risco de pedalar, de cometer agressões à Lei Orçamentária. Teve uma presidente que caiu um tempo atrás por isso", disse o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo).

Ele se refere à ex-presidente Dilma Rousseff, alvo de impeachment

em 2016 por causa das chamadas "pedaladas fiscais". Para Marun, a crise com os prefeitos está "pacificada" e existe "compreensão" por parte deles.

Apesar de negar relação entre a liberação dos recursos e o apoio às mudanças na Previdência, o presidente da CNM (Confederação Nacional de Municípios), Paulo Ziulkoski, reconhece que pode haver uma mobilização contra a reforma.

"Foi quase uma rasteira que nos deram. Foi tudo confirmado e reconfirmado em audiência com o próprio presidente [Michel Temer]. A revolta é muito grande. Os prefeitos estão extremamente indignados. O ambiente está muito hostil em relação à União", disse Ziulkoski, que mantém discurso a favor da reforma. "Se os parlamentares não nos acompanharem, vamos ter que tomar medida mais radical no processo eleitoral", disse o presidente da CNM, que pretende encontrar





novamente Marun na semana que vem para saber a quantas anda o processo para liberar o dinheiro.

Parlamentares da base aliada dizem estar sendo pressionados pelos prefeitos.

"Eles estão aguardando que o governo cumpra o que foi acordado, o compromisso", afirmou o líder do PR na Câmara, José Rocha (BA).

Além dos R\$ 2 bilhões prometidos para o ano passado, o governo Michel Temer se comprometeu, no fim de 2017, a repassar para os municípios outros R\$ 3 bilhões, caso a reforma seja aprovada.

Os prefeitos não são a única fonte de pressão sobre o governo. Parlamentares têm cobrado a Temer que mexa nos cargos dos colegas que insistem em se posicionar contra a reforma, mas mantêm indicados nos quadros do governo.

Deputados aliados dizem que o número de votos na Câmara pela reforma está estacionado desde o ano passado e é insuficiente para aprovar o texto. O governo precisa de ao menos 308 votos para aprovar a reforma da Previdência na Câmara, em dois turnos. A previsão é que a votação aconteça logo após o Carnaval, em 19 de fevereiro.



## Nem tudo que reluz é ouro

NELSON BARBOSA

O debate sobre finanças públicas começou o ano animado. Após indicar que cumpriu a meta fiscal de 2017 com folga, a equipe econômica se viu forçada a iniciar e logo depois cancelar o debate sobre a "regra de ouro" do Orçamento.

No seu sentido mais amplo, regra de ouro é um princípio ético segundo o qual não devemos fazer com o próximo aquilo que não desejamos que façam conosco. Em política fiscal, essa ideia se traduz em um limite orçamentário pelo qual o governo só deve emitir títulos para financiar investimento ou rolar a própria dívida.

A lógica dessa regra é que, como a dívida será paga pelas gerações futuras, o mais justo é que seja criada somente para fazer algo que também beneficie as gerações futuras. Assim, estaria certo emitir títulos para fazer estradas, hospitais e outros investimentos.

Mas dívida não deveria ser emitida para financiar gastos correntes, como auxílio-moradia para servidores com imóvel próprio na cidade onde trabalham.

Porém, nem tudo que reluz é ouro. Como todo princípio geral, a regra de ouro soa bem na teoria e enfrenta problemas na prática, pois existem gastos correntes que claramente beneficiam as gerações

futuras.

Suponha que o governo emita dívida para fazer uma ampla campanha de vacinação contra uma doença como a febre amarela. Isso é gasto corrente, mas beneficia as gerações futuras.

Pela lei brasileira, a vacinação deveria ser suspensa ou fracionada caso o cumprimento da regra de ouro esteja sob risco. Coitada da geração futura.

Outro exemplo. Se o governo emitir dívida para financiar gastos em ciência e tecnologia, o que por sua vez resulta em inovações e aumento de produtividade, isso trará ganhos para a população, agora e no futuro. Mas isso também pode ser vedado pela regra de ouro vigente no Brasil. Coitada novamente da geração futura.

E temos, ainda, o custeio da educação, que por definição beneficia os mais jovens, mas que, por ser despesa corrente, também não entra no atual critério que permite emissão de dívida. Assim, pela versão brasileira da regra de ouro, podemos chegar a cortar a educação da geração futura para preservar a geração futura. Tente explicar isso a estudantes.

Todos esses casos mostram que, na prática, aplicar a regra de ouro é

mais complicado do que faz parecer a visão moralista que domina parte do debate econômico brasileiro.

Felizmente, quando ficamos só na economia, tudo fica mais claro. Regra de ouro é uma das diversas alternativas de regras fiscais possíveis, não a única. Assim como meta de resultado primário, teto de gastos e outras restrições fiscais, ela pode e deve ser avaliada por suas consequências práticas.

No Brasil de hoje, a regra de ouro pode inviabilizar ações que claramente beneficiam gerações futuras, além de produzir outra crise institucional em 2019. Por tudo isso, teremos de debater como aperfeiçoar ou até mudar esse princípio, e não seremos os primeiros.

Como apontou meu colega Manoel Pires, no blog do Ibre-FGV, tanto Reino Unido quanto Alemanha modificaram suas versões da regra de ouro após a crise internacional de 2008. Os ingleses fizeram isso já em 2009. Os alemães, em 2011.

Nos dois casos, a saída foi permitir mais flexibilidade fiscal no curto prazo, com ajuste gradual para metas de longo prazo. Tudo indica que o mesmo pode acontecer no Brasil, provavelmente em 2019.

## A fonte dos déficits

A profunda crise em que o País foi lançado pela irresponsável política econômica e fiscal do governo Dilma Rousseff corroeu as receitas tributárias, mas a perda de arrecadação é apenas um dos fatores que levaram as contas dos Estados a passar de superávits nominais de R\$ 16 bilhões em 2015 para um rombo de R\$ 60 bilhões no ano passado. O que se conclui do levantamento feito a pedido do Estado pelo economista Raul Velloso, um dos mais respeitados especialistas em finanças do setor público, é que, em tempos de crise, as garantias e vantagens salariais e previdenciárias do funcionalismo público tornam impossível o ajuste das despesas à rápida queda das receitas. Os gastos com o sistema previdenciário dos Estados, as despesas obrigatórias definidas pela legislação e os custos da folha de pessoal tornam o atual regime fiscal insustentável ao longo do tempo. Nesse regime, os gastos crescem sempre, independentemente da situação econômica do País, enquanto a receita – quando não há aumento deliberado da carga tributária – está condicionada à evolução da produção, da renda e do consumo. Para mostrar o que aconteceu nos Estados, Velloso se baseou em dados do Tesouro Nacional.

De 22 unidades da Federação cujas contas puderam ser comparadas, apenas 5 melhoraram seus resultados fiscais desde 2015. São os Estados de Alagoas, Paraná, Ceará, Maranhão e Piauí. A situação de São Paulo manteve-se praticamente a mesma no período. Em todos os demais Estados o desequilíbrio financeiro se acentuou. Afetado por greves, inclusive de policiais – o que resultou em onda de violência no final do ano passado –, e protestos de servidores que não recebem os vencimentos em dia, o Rio Grande do Norte foi o Estado em que o quadro fiscal se agravou mais nos últimos três anos. De um superávit de R\$ 4 bilhões que alcançou entre 2011 e 2014, o governo do Rio Grande do Norte passou a enfrentar sérias dificuldades financeiras, cujo resultado é um déficit de R\$ 2,8 bilhões acumulado de 2015 a 2017 (até outubro). Para comparar a evolução da situação fiscal dos Estados sem a distorção que poderia decorrer da disparidade dos

valores de receitas e despesas entre eles, o economista Raul Velloso utilizou a relação entre déficit (ou superávit) e receita líquida.

Para o Rio Grande do Norte, essa relação passou de 8,3 para -9,1 entre 2015 e 2017. Ou seja, a variação foi de -17,4 pontos no período, a pior de todas as unidades da Federação cujas contas puderam ser comparadas. O que mais preocupa é o fato de que “há uma fila de Estados prontos para passarem por uma crise aguda (como a do Rio Grande do Norte)”, como disse ao Estado o consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim. Cite-se, por exemplo, o caso do Rio de Janeiro, cujo governo, como o do Rio Grande do Norte, viu-se obrigado a atrasar salários por falta de recursos em caixa. A lista é formada ainda por Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Sergipe, que estão entre os mal avaliados pelo Tesouro Nacional quanto à capacidade de pagamento. Em todos eles, e também nos que não apresentam quadro fiscal tão preocupante, uma das principais fontes de desequilíbrio, talvez a principal, é a folha de pagamentos.

De um lado, o custo do pessoal tem grande resistência a cortes, em razão das garantias de que dispõem os servidores e da relutância dos dirigentes políticos em reduzir o número de funcionários. De outro, está sujeito a constante crescimento, em razão de aumentos espontâneos ou de incorporação automática de vantagens aos vencimentos. Além disso, o sistema previdenciário do setor público gera um número crescente de aposentados, em razão do envelhecimento da população, sem que o número de contribuintes cresça no mesmo ritmo. A tudo isso se juntou a redução dos repasses de recursos da União, igualmente afetada pela crise. Mesmo cortando investimentos, com prejuízo para a população, o déficit continuou a crescer. Trata-se de um regime fiscal socialmente perverso, cujos desequilíbrios só serão corrigidos por meio de reformas, entre as quais as que tratem das regras para o funcionalismo público e de seu sistema previdenciário.

## Caixa prevê aumento de 37% no salário anual dos 12 vice-presidentes

Honorários. Remuneração total dos executivos, que precisa do aval do Ministério da Fazenda, pode chegar a R\$ 87.398, no momento em que o banco precisa de dinheiro e cogita um aporte de R\$ 15 bi do FGTS; o último reajuste dos bancários foi de 2,75%

Carla Araújo  
Murilo Rodrigues Alves  
Felipe Frazão

A Caixa prevê aumentar em 37% o salário anual de seus vice-presidentes em 2018. A remuneração total de cada um dos 12 executivos pode chegar a R\$ 87.398,94 mensais, se acumulados os limites máximos dos honorários, mais ganhos por metas e desempenho pessoal – que são variáveis – e benefícios.

No período anterior, foi de R\$ 63.548,63. O último reajuste dos bancários foi de 2,75%, um pouco abaixo da inflação do ano passado, que foi de 2,95%. O plano do banco de aumentar a remuneração dos vice-presidentes coincide com um momento complicado para a instituição financeira.

Nesta semana, quatro executivos foram afastados por suspeita de corrupção e outras

irregularidades. Depois de anos como líder na concessão de crédito no País, a Caixa precisa de dinheiro para não descumprir regras bancárias internacionais.

O banco contava com um aporte de R\$ 15 bilhões do FGTS para se adequar – o que não deve ocorrer depois do escândalo envolvendo os executivos. Os quatro vice-presidentes afastados são acusados de vazamento de informações privilegiadas para políticos sobre o andamento de pedidos de empréstimos e também de negociar cargo em uma estatal como moeda de troca para liberação de crédito.

Os cargos de vicepresidentes na Caixa costumam entrar no rol de negociações do governo com a base aliada em busca de apoio. O banco prevê gastar R\$ 12,5 milhões com salários e benefícios dos executivos entre abril de 2017 e março de 2018.

No período anterior, os vices receberam R\$ 9,1 milhões. A informação está em um relatório do comitê de remuneração, que é responsável por elaborar a proposta de gastos de pessoal que o conselho de administração do banco submete ao ministro da

Fazenda.

“A remuneração dos executivos tem que ter coerência com o momento atual do banco e com o aumento dos salários que foi dado aos funcionários”, disse Maria Rita Serrano, representante dos empregados no conselho de administração da Caixa.

O novo reajuste foi aprovado na assembleia geral do banco, de 14 de dezembro de 2017, mas ainda precisa do aval do conselho de administração (em sua maioria formado por representantes da Fazenda), que se reúne na semana que vem para deliberar sobre o tema, e do próprio ministro da Fazenda.

Em nota, a Caixa informou que não houve aumento nos salários dos executivos e que a projeção para a remuneração deste ano leva em conta a quantidade de ocupantes nos cargos e também o atingimento de metas e avaliação de desempenho individual dos gestores na parte variável do salário.

De acordo com o banco estatal, os quatro vice-presidentes afastados vão continuar recebendo salários até serem exonerados.





## CONTRACHEQUE DA DIRETORIA

● Estimativa da Caixa de quanto gastará este ano para pagamento do presidente e vices

### Presidente

**R\$ 1.162.156**

R\$ 96.846  
por mês

**R\$ 730.555**

R\$ 60.789  
por mês

**R\$ 320.320**

R\$ 26.693  
por mês

**R\$ 111.280**

R\$ 9.273  
por mês

TOTAL/ANO

### Vice-presidente

**R\$ 1.048.787**

R\$ 87.398  
por mês por vice

**R\$ 653.122**

R\$ 54.426  
por mês

**R\$ 286.369**

R\$ 23.864  
por mês

**R\$ 109.295**

R\$ 9.170  
por mês

TOTAL PARA OS 12  
VICE-PRESIDENTES

**R\$  
12.585.447**

**R\$ 7.837.474**

**R\$ 3.436.431**

**R\$ 1.311.541**

Honorários e  
pro-labore

Gratificação  
de metas e  
desempenho

Gratificação  
de férias, auxílio-  
alimentação,  
auxílio-moradia,  
Saúde Caixa e  
previdência  
complementar

FONTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Caixa quer ficar com maior fatia do lucro

Medida pode ajudar banco a cumprir regras internacionais sem socorro do FGTS

Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA  
Eduardo Laguna

Caixa e Ministério da Fazenda estão numa disputa sobre a parcela que cada um vai ficar do lucro do banco em 2017. Já há um acordo entre Tesouro Nacional e Caixa para que o banco fique com uma parcela de 75% do lucro do ano passado, mas o comando da instituição propôs que todo o lucro seja retido.

Isso ajudaria no cumprimento das regras prudenciais de capital do Banco Central sem a necessidade da operação de socorro com recursos do FGTS. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, há uma regra que define um mínimo de 25% de distribuição de dividendos aos acionistas (no caso da Caixa, a União é a única acionista), mas pode haver exceção. Se o banco precisar, poderá reter 100%.

Até agosto de 2017, o lucro do banco acumulado estava em R\$ 8 bilhões e a expectativa é de um resultado recorde muito melhor,

superior a R\$ 10 bilhões. O maior resultado do banco foi computado em 2015, quando o lucro chegou a R\$ 7,3 bilhões. Em 2016, a Caixa repassou ao Tesouro 25% do lucro de R\$ 4,1 bilhões na forma de dividendos.

Segundo fontes, ainda não há uma decisão tomada. Na próxima terça-feira, haverá uma reunião do conselho de administração do banco, quando serão discutidas as alternativas em substituição à operação de R\$ 15 bilhões com o dinheiro do FGTS. A ideia é anunciar o que for decidido no colegiado, informou um integrante da equipe econômica.

Críticas.

O presidente da Caixa, Gilberto Occhi, tem repetidamente criticado o alto repasse de dividendos do banco para o Tesouro fechar as contas nos últimos anos dentro da meta fiscal. Para a Caixa, esse é um dos motivos do risco de descumprimento do banco nas regras internacionais que exigem uma parcela de capital para o montante emprestado.

Essas regras vão ficar mais rigorosas em 2019, quando há risco de “desenquadramento” da

Caixa. Os repasses de dividendos cresceram a partir de 2010 e chegaram a R\$ 7,7 bilhões em 2012. Em 2016, os dividendos pagos caíram para R\$ 738,7 milhões. No ano passado até novembro (último dado disponível), a Caixa não havia pago nada.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a equipe econômica é contrária à operação com o FGTS e diz que o banco tem como se ajustar e fazer o “dever de casa” para evitar o descumprimento da regra de Basileia. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou ontem que a equipe econômica vai apresentar “nos próximos dias” alternativas para capitalizar a Caixa sem recursos do FGTS.

“Vamos viabilizar a recapitalização. A capacidade da Caixa deve ser preservada para continuar emprestando onde deve, que é a construção de moradias”, comentou o ministro. Entre as possibilidades, Meirelles citou a venda de carteiras de crédito a outras instituições, de modo que o banco estatal se concentre no financiamento imobiliário, e a transferência de dividendos pagos à União.

### **Ação popular tenta barrar socorro de R\$ 15 bi ao banco**

A polêmica envolvendo a operação de socorro de R\$ 15 bilhões à Caixa com recursos do FGTS ganhou novo capítulo com o ingresso de uma ação popular na Justiça Federal do Rio para tentar barrar a transação. A ação foi movida pelo presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, Marcio Avelino.

A entidade se apresenta como organização não governamental criada para defender os trabalhadores e a integridade dos recursos no fundo. O principal argumento é que a operação, costurada pelo banco para se manter dentro de regras de exigência de capital para poder continuar emprestando, “desvirtua a finalidade do FGTS”.

Para Avelino, o dinheiro será empregado para capitalizar o banco, em vez de ser aplicado em financiamentos para as áreas de saneamento, habitação e infraestrutura, como prevê a lei. A ação é movida contra a Caixa, a União e o presidente Michel Temer e pede liminar barrando a operação. “Estamos sujeitos, a qualquer momento, ao Conselho Curador do FGTS aprovar a transação. Depois que for feito, não tem volta.”

## Novo estatuto muda escolha de executivos

Documento deve ser aprovado hoje; processo de seleção será parecido com o de empresas de capital aberto

Adriana Fernandes  
Fernando Nakagawa

Alvo de um grande escândalo, a gestão da Caixa Econômica Federal terá diretrizes de gestão muito parecidas às adotadas pelo Banco do Brasil e outras companhias privadas. Entre as mudanças, a nomeação dos vicepresidentes deixará de ser uma responsabilidade do presidente da República.

A mudança estará no novo estatuto do banco que deve ser aprovado hoje em reunião extraordinária da Assembleia-Geral da Caixa. O novo estatuto da Caixa prevê uma reviravolta na governança da instituição financeira, conforme apurou o Estadão/Broadcast.

A mudança considerada “fundamental” para melhorar a gestão é a regra que prevê que a nomeação dos vices passará a ser responsabilidade do Conselho de Administração em processo semelhante ao adotado em empresas de capital aberto. A proposta de mudança veio do

Ministério da Fazenda e do Banco Central e, nas negociações, a atual direção da Caixa vinha resistindo à mudança do estatuto.

A ampliação da crise envolvendo os executivos do banco, porém, resultaram na inclusão dessa alteração no texto. Haverá um comitê de indicação que vai liderar o processo de escolha dos nomes em um rito semelhante ao visto nas companhias privadas.

Candidatos terão de cumprir alguns pré-requisitos técnicos e o comitê poderá ter auxílio de serviços externos – como consultorias e empresas de recolocação de executivos – para selecionar funcionários da própria Caixa ou mesmo indicações de fora do banco.

Um dos envolvidos na aprovação do novo estatuto disse, sob condição de anonimato, que “não é qualquer um que poderá sentar nas cadeiras” das vice-presidências. O conselho de administração da Caixa, que já aprovou esse estatuto no fim de 2017, é presidido pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

O grupo é formado por sete conselheiros, sendo quatro

indicados pelo Ministro da Fazenda, um do Ministério do Planejamento, um representante dos empregados e o próprio presidente da Caixa. Os conselheiros têm mandato de três anos, com direito à recondução por igual período.

Além de Ana Paula Vescovi, o grupo conta com a secretária adjunta de políticas microeconômicas do Ministério da Fazenda, Priscila Grecov, a conselheira fiscal da própria Caixa, Anelize Lenzi Ruas, o conselheiro da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal e do Conselho de Administração da Caixa Participações, André Nunes, o procurador-geral adjunto de consultoria e contencioso tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda, Cláudio Seefelder Filho, a representante dos empregados, Maria Rita Serrano, e o presidente da Caixa, Gilberto Occhi.

O órgão é responsável por decidir as principais diretrizes do banco, com orientação aos negócios, definição das metas para a direção da instituição financeira e também pelo monitoramento e avaliação dos resultados.